



OPINIÃO

A conta da inclusão começa na escola



Carlos Frederico de Souza Moreira

CEO da Cognvox, analista de sistemas, bacharel em Filosofia, pós-graduado em Marketing, engenheiro de negócios e empreendedor social

O Brasil aprendeu a colocar crianças com deficiência na escola. Agora precisa aprender a medir quanto essa inclusão produz de autonomia, qualificação e participação econômica. Em 2025, a Educação Especial chegou a 2,5 milhões de matrículas, crescimento de 82% desde 2021. No mesmo período, o número de pessoas com deficiência atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) passou de cerca de 2,6 milhões para 3,7 milhões. São curvas diferentes, sem relação automática de causa e efeito, mas que revelam a dimensão econômica do desafio. O BPC é um direito e não pode ser tratado como problema a ser eliminado. Mas seu custo fiscal merece atenção. Para 2027, estão previstos R\$ 83,9 bilhões em despesas com o benefício para pessoas com deficiência, contra R\$ 66,9 bilhões em 2026: aumento de 25,4%, ou R\$ 17 bilhões em um ano. Os estudos mais recentes mostram ainda que as concessões judiciais para pessoas com deficiência passaram de 48,4 mil, em 2021, para 207,4 mil, em 2025, alta de 328,9%. Entre os benefícios associados ao autismo

infantil, foram 15,1 mil em 2021 contra 78,5 mil em 2024. Diagnóstico, reconhecimento de direitos, mudanças nas avaliações e judicialização ajudam a explicar essa expansão. A pergunta econômica, portanto, não é quanto o País deve gastar com o BPC. É outra: quanto custa não desenvolver, desde cedo, a autonomia possível de uma criança? Matrícula é acesso. Não é resultado. Quando comunicação, aprendizagem, autonomia e habilidades sociais não são acompanhadas, parte do custo pode aparecer mais tarde, na qualificação profissional, na empregabilidade e na dependência econômica. Há ainda uma conta invisível. Sem uma rede de apoio, famílias podem reduzir jornada, abandonar empregos ou deixar de buscar oportunidades para cuidar. É renda perdida dentro de casa e produtividade perdida para a economia. Por isso, educação inclusiva também deve ser tratada como investimento em capital humano. Diagnóstico oportuno, intervenção, formação de professores, acompanhamento

individualizado e apoio às famílias podem reduzir vulnerabilidades evitáveis. Tecnologia e dados podem melhorar essa equação, permitindo identificar gargalos, acompanhar trajetórias e direcionar recursos. O objetivo não é prever o destino de uma criança, mas permitir que o Estado intervenha antes que uma dificuldade se transforme em exclusão. A primeira geração da inclusão tinha uma meta: colocar o aluno na escola. A segunda precisa acrescentar outra: fazer com que ele avance. Isso não elimina o BPC. Ao contrário: protege seu caráter de direito enquanto amplia a responsabilidade do Estado de investir antes que a vulnerabilidade se consolide.No fim, a questão é fiscal, social e econômica. Proteger quem precisa custa dinheiro. Não criar condições para que mais pessoas desenvolvam autonomia também custa e pode custar por décadas.A matrícula é o começo da inclusão.O desenvolvimento é o retorno que ainda precisamos aprender a medir. %

EDITORIAL

Rumo a corrigir

O endividamento das famílias brasileiras, que alcançou patamares inéditos, está entre as maiores preocupações de gente graúda em Brasília, sobretudo depois que o mais recente programa de renegociação – o chamado Desenrola – não alcançou o sucesso esperado. Preocupa o volume das dívidas, preocupam as evidências de que este processo pode guardar proximidade com apostas eletrônicas e preocupa a oferta de crédito que o próprio presidente do Banco Central classifica como “agressivo ou até predatório”. Um assunto para ser tratado em regime de urgência, independentemente do calendário eleitoral que presentemente ocupa as atenções gerais.

Faz pouco, Gabriel Galípolo apontou – e diante de jornalistas – a oferta indiscriminada de crédito, sem análise correta da capacidade de pagamento dos tomadores e com altas taxas de juros, como desvio a ser objeto de mais atenção, independentemente da política monetária que mantém as taxas de juros ainda acima de dois dígitos. E ilustrou as consequências dessa situação com a informação de que a inadimplência com cartões de crédito atinge pelo menos 100 milhões de pessoas, chegando a 65% do total de operações realizadas. Uma equação que não tem como ser sustentada quando é sabido que os endividados estão pagando juros de 15% ao mês, com alto comprometimento da renda. Um produto que carrega inadimplência neste nível tem problemas estruturais que vão muito além da conjuntura.

Nada disso representa qualquer novidade. O desvio é tão evidente quanto antigo, nada absolutamente nada justificando que as taxas praticadas nessas operações, inclusive pelos bancos oficiais, possam ir além dos 400% ao ano. Oferecer crédito nestas condições é muito mais que temerário. E tem a ver também com o processo de inclusão bancária, aliado a inovações tecnológicas e condições favoráveis no mercado de trabalho, impulsionando o acesso das famílias à ilusão do crédito fácil, assim rapidamente transformado em pesadelo.

É positivo que o problema seja percebido, levando de alguma forma ao entendimento de que como está não pode ficar. Mas é também claro que é preciso fazer muito mais que meramente chamar atenção para o assunto como se tudo fizesse parte de uma realidade que não tem como ser alterada, abrindo assim espaços para renegociações que se repetem com monótona constância e podem levar a descontos de até 90%. O bastante para o entendimento de que tudo está muito errado mesmo, o bastante também, espera-se, para que ações consequentes finalmente aconteçam. %

Nunca, jamais...



César Vanucci

Jornalista cantonius1@yahoo.com.br

“Nenhum setor importante da cena pública ficou de fora da tremenda maracutaia.” (Domíngos Justino Pinto)

Nunca, jamais, se viu coisa assim! “Arrastão”, lindíssima composição musical de Edu Lobo e Vinicius de Moraes, relata a história duma pescaria em alto-mar muito bem-sucedida. O “arrastão”, produzido pela voracidade sem escrúpulos do Banco Máster, pegou nas redes, em torvelinho medonho, incontável volume de peixes graúdos. Nunca, jamais, se viu coisa assim! Falar verdade, nenhum setor importante da cena pública ficou de fora da tremenda maracutaia. Eis-nos, agora, às voltas com crises sumamente desagradáveis, que irão fatalmente deixar lesões profundas no tecido social e na vida política. O futuro há de perguntar, algum dia, como foi possível ocorrer algo assim. O envolvimento, nas engrenagens mafiosas, de tantos personagens “acima de qualquer suspeita” choca e entristece, levando até

mesmo desânimo a parcela significativa da coletividade. O desenho do escândalo recomenda sejam desatados, o mais rapidamente possível, os nós górdios que enlaçam, no momento presente, as apurações em curso visando ao deslindamento amplo, geral e irrestrito de toda a sombria e perversa maquinação. Cuidemos de repetir: tudo nessa escabrosa história carece ser devidamente aclarado. A sociedade brasileira, tomada de justo inconformismo e desassossego, espera que nenhuma revelação acerca de envolvimentos, de qualquer grau, seja sonogada ao conhecimento público. O panorama que a democracia e as instituições republicanas descortinam pela frente compreende o rastreamento seguro dos fatos e a transparência em sua divulgação. A credibilidade, por exemplo, do Judiciário precisa ser restabelecida. Esses cuidados devem também contemplar outros segmentos dos poderes constituídos: magistrados da esfera superior, membros do Parlamento, incluindo

candidatos a cargos governamentais, próceres políticos, dirigentes religiosos e agentes públicos que se deixaram seduzir, sem nenhum pudor, pela volúpia do ganho fácil de origem ilícita. A antológica canção de Vinicius e Edu Lobo celebra a fartura vinda das águas. O escândalo reportado, ao contrário, expõe a fragilidade ética de figuras que deveriam atuar como guardiões do bem comum. Que a rede da fiscalização e do controle republicano não faça concessões, distinções de estandarte nem conceda salvos-condutos a quem quer que seja. Imprescindível afastar do cenário público condutas inadequadas e visões descompromissadas com a gestão, para que o Brasil navegue em mares limpos, altivos e transparentes. Encurtando razões: A vocação democrática da República pede coragem no enfrentamento dos problemas, por mais agudos que sejam, de modo a preservar a confiança popular nos rumos do progresso e desenvolvimento social a que estamos inescapavelmente destinados. As medidas alinhadas traduzem benfazejo arrastão. %